

## Relator pede ação judicial contra três funcionários do BC

A pedido do senador Roberto Requião (PMDB-PR), a Procuradoria Geral da República vai examinar a possibilidade de ação judicial contra Celso Macedo Possas, funcionário aposentado do Banco Central, e dois servidores da Divisão de Fiscalização do Banco Central no Rio de Janeiro - Sidney Ramos Ferreira (chefe de subunidade) e José Muziello Júnior (coordenador em exercício).

De acordo com o relator da CPI dos Precatórios, os três autorizaram o envio de US\$ 14 milhões do banco Votorantim, que estava sob intervenção extrajudicial, para o *Brazil Appreciation Fund*, com sede em Nassau, nas Bahamas.

Interventor do banco Votorantim, Celso Possas depôs ontem na CPI dos Precatórios e mostrou a carta em que pediu a anuência do BC para a remessa dos US\$ 14 milhões ao exterior. Exibiu também a carta em que Sidney Ramos Ferreira e Muziello Júnior autorizaram a remessa. Em seu depoimento aos senadores, o interventor sustentou que agiu em conformidade com o Manual do Liquidante do BC, tendo pedido a autorização para a remessa exatamente porque esse procedimento não constava do manual.

A maioria dos integrantes da CPI entendeu que, numa intervenção bancária, todos os depósitos estão bloqueados, não se justificando a liberação de US\$ 14 milhões para serem enviados ao exterior.

— Meu temor é que esse dinheiro pertença ao povo de Santa Catarina — afirmou o senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), ao traduzir a suspeita de que o dinheiro remetido para as Bahamas seja resultado de ganhos obtidos com a venda de títulos para pagamento de precatórios.

■ **Leia mais sobre a CPI na página 6**



Requião, Tuma e Cabral participam da reunião da CPI em que foi ouvido Celso Possas, do BC (D)

## Plenário do Senado vota hoje a reeleição

*Antonio Carlos prevê uma ampla maioria na Casa a favor da proposta e garante que denúncias não interferem na tramitação*

O plenário do Senado vota hoje, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos. O relator da matéria na Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Francelino Pereira (PFL-MG), manteve o texto aprovado na Câmara.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, garantiu ontem que existe

uma ampla maioria em favor da emenda. Por essa razão, ele acredita que a investigação sobre a compra de votos de deputados em apoio à proposta não irá interferir na tramitação da emenda no Senado. **Página 5**

### 1 Ademir, Marina e Benedita insistem na CPI

Em pronunciamentos na sessão de ontem, o senador Ademir Andrade e as senadoras Marina Silva e Benedita da Silva voltaram a cobrar a criação imediata de uma CPI para investigar as denúncias de compra de votos favoráveis à reeleição. **Páginas 4 e 5**

### 2 Simon e Emilia alertam para risco de decisão já

O senador Pedro Simon considera da "maior gravidade" a decisão de se votar hoje a reeleição. A senadora Emilia Fernandes também defendeu ontem a suspensão do processo de apreciação da emenda até o esclarecimento das denúncias. **Págs. 4 e 5**

### 3 Nabor Júnior quer direito de defesa no caso

O senador Nabor Júnior afirmou ontem que, em vez de cassação sumária, a Câmara dos Deputados deveria oferecer amplas condições de defesa aos parlamentares envolvidos nas denúncias de venda de votos. **Página 4**

# CCJ aprecia hoje Conselho de Justiça

Já a Comissão de Assuntos Sociais analisa, entre outros projetos, o que autoriza apoio financeiro aos municípios que instituírem o Programa de Garantia de Renda Mínima

## Senado Federal vai homenagear Padre Anchieta

O plenário do Senado dedicará a primeira hora da sessão do dia 10 de junho a homenagear o Padre Anchieta, pelo quarto centenário da sua morte. Requerimento com esse objetivo, apresentado pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), foi aprovado na sessão de ontem.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), reúne-se hoje, às 10h, para apreciar diversas matérias, entre elas a proposta de emenda constitucional que cria o Conselho Nacional de Justiça; outra, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica, e ainda a que permite a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país.

Também às 10h, a Co-

missão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), analisa, entre outros, o projeto de lei do Senado que autoriza o governo federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem o Programa de Garantia de Renda Mínima, associado a ações sócio-educativas.

A partir das 10h serão instaladas diversas comissões mistas, entre elas a que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real.

## O tempo da princesa em exposição

A exposição "Princesa Isabel e seu Tempo" foi inaugurada ontem, no Salão Negro do Congresso Nacional, em comemoração dos 150 anos do nascimento da princesa. Organizada pela Coordenação de Relações Públicas, reúne acervo do Arquivo Nacional.

A mostra, que vai até o dia 1º de junho, retrata a época em que viveu a princesa, desde o seu nascimento até o período de 32 anos de exílio na Europa, onde morreu.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

**Senador Antonio Carlos Magalhães**

**11h30** - Recebe os senadores Joel de Hollanda, Teotônio Vilela Filho e Carlos Wilson

**15h30** - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

### PLENÁRIO

**14h30** - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Votação em primeiro turno da \*PEC nº 4/97, que permite a reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos.

### COMISSÕES

**10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; \*PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; \*PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; \*PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; \*PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; \*PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e \*PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

**10h - Comissão de Assuntos Sociais**

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 89/96 (não terminativo), que autoriza o governo federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas; \*PLS nº 236/95, que cria a renda mínima na educação; \*PLS nº 84/96, que cria o Programa de Bolsas de Estudos e altera a Lei nº 9.131, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional; \*PLS nº 201/96, que cria a Bolsa-Cidadão; \*PLS nº 126/95 (terminativo), que dispõe sobre a obrigatoriedade de aprovação, pelo Congresso Nacional, das decisões do Conselho Curador do FGTs; e \*PLS nº 16/96 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego a seringueiro profissional, durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

**17h - CPI dos Precatórios**

**Pauta:** Exposição dos senadores relatores dos projetos de resolução em investigação na CPI. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Reunião de instalação de comissões mistas, quando serão eleitos os presidentes e vice-presidentes e designados os relatores das seguintes medidas provisórias:

**10h - MP nº 1534-5/97**, que dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Centros Federais de Educação Tecnológica. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

**10h - MP nº 1540-24/97**, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

**10h30 - MP nº 1537-38/97**, que dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o parágrafo 1º do art. 22 da Lei nº 8.212/91. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

**10h30 - MP nº 1541-24/97**, que dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 52 da Lei nº 8.931/94, que dispõe sobre a amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da administração pública federal. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

**11h - MP nº 1538-40/97**, que dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, instituído pela Lei nº 8.031/90, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177/91 e da Lei nº 8.249/91, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

**11h30 - MP nº 1539-31/97**, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

**14h30 - MP nº 1542-22/97**, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

**15h - MP nº 1543-22/97**, que dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

**16h - MP nº 1547-30/97**, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

**16h30 - MP nº 1548-31/97**, que cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

**17h - MP nº 1550-39/97**, que organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

**17h - MP nº 1546-19/97**, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

# Autorizada rolagem de dívida paulistana

*Comissão de Assuntos Econômicos aprova também operações de crédito para os estados de Goiás e do Rio Grande do Sul e para o Programa de Reparcelamento da Marinha*

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) autorizou o município de São Paulo a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo (LFTMSP) para a rolagem de 98% da sua dívida mobiliária vencível em 1º de junho de 1997, por três anos.

O parecer inicial do relator Eduardo Suplicy (PT-SP) previa a rolagem por cinco anos de apenas 23,07% dos títulos da prefeitura, "percentual efetivamente utilizado para o pagamento da quarta parcela de precatórios judiciais e seus complementos". Ele, entretanto, aceitou a argumentação de Esperidião Amin (PPB-SC) de que o relatório inicial prejudicava a prefeitura de São Paulo antes de a CPI dos Precatórios concluir os trabalhos.



Esperidião Amin participa de debate na Comissão de Assuntos Econômicos

A CAE autorizou também o governo brasileiro a contratar operação de crédito externo, no valor de US\$ 12,6 bilhões, destinado ao Programa de Reparcelamento da Marinha. O relator foi Waldeck Ornelas (PFL-BA).

Foi aprovada ainda solicitação do governo de Goiás sobre aditamento a contrato de operação de crédito, alte-

rando o valor de R\$ 57 milhões e 200 mil para R\$ 67 milhões e 900 mil. O relator foi Onofre Quinan (PMDB-GO).

A CAE autorizou também o governo do Rio Grande do Sul a contratar operação de crédito junto ao Bird no valor de US\$ 125 milhões para o financiamento da execução do Programa de Reforma do

Estado. O relator foi Pedro Simon (PMDB-RS).

Com parecer favorável de Jefferson Peres (PSDB-AM), foi autorizada proposta de prosseguimento do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, com a ampliação em US\$ 5 bilhões do limite de emissão de títulos.

## Jonas faz defesa de subsídios à borracha



Jonas

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) apelou ontem aos deputados e senadores para que aprovem o projeto do Poder Execu-

tivo concedendo subsídios aos produtores de borracha natural. Na sua opinião, o projeto corrige uma injustiça, pois o setor "vem sendo exposto, de maneira desprotegida, a um processo de concorrência estrangeira absolutamente desleal, injusto e cruel".

O senador destacou que países produtores de borracha do sudeste asiático concedem subsídios de até 70%, promovendo concorrência desleal com o produto brasileiro.

Em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu incentivos aos produtores da borracha natural no Brasil.

## CAE solicita informações sobre Paraná

Por sugestão do relator, senador Osmar Dias (PSDB-PR), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) somente examinará as autorizações para três operações de crédito do Paraná depois que o governo do estado encaminhar as informações relativas ao protocolo firmado com a montadora Renault.

Uma das matérias, a que tra-

ta de operação de crédito externo para o Programa de Alívio à Pobreza e Gerenciamento de Recursos Naturais, já estava sobrestada porque o governo do estado não enviou à CAE, conforme requerimento de Roberto Requião (PMDB-PR), as informações sobre o contrato.

Na reunião, Osmar Dias resolveu suspender a apreciação

das outras duas operações de crédito externo, destinadas ao financiamento parcial do Projeto de Saneamento Ambiental e do Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná.

A CAE decidiu enviar os três processos ao Banco Central, para reavaliação e atualização das informações sobre a situação financeira do Paraná.

## Hollanda quer proteção legal à água

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) pediu ontem a votação imediata, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei que regulamenta a exploração dos lençóis d'água subterrâneos. Na sua opinião, "a extração dessas águas é a melhor e mais barata forma de abastecimento da população, da agricultura e da indústria".

Hollanda ressaltou a importância da conservação da qualidade da água nos reser-



Joel de Hollanda

vatórios naturais. Segundo ele, mesmo no Brasil, onde há abundância de recursos hídricos, o problema está na sua poluição por esgotos não-tratados. O senador disse que o monitoramento permanente dos níveis de poluição das águas superficiais e subterrâneas é uma necessidade inadiável.

Ele destacou a criação da Secretaria de Recursos Hídricos, integrante do Ministério do Meio Ambiente, e o lançamento, pelo presidente da República, do Movimento da Cidadania pelas Águas. De acordo com o senador, esse tipo de movimento, conjugando ações da sociedade e dos governos, pode se mostrar eficaz para difundir a consciência do problema e para se alcançarem soluções.

## REELEIÇÃO

# Nabor quer direito de defesa para deputados

*"Sou inteiramente favorável a uma punição exemplar para os culpados, mas o melhor seria instituir-se uma CPI para ouvir, inclusive, governadores e ministro de Estado", diz senador*

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) afirmou ontem que a Câmara dos Deputados, em vez da cassação sumária, deveria oferecer amplas condições de defesa aos parlamentares acusados de envolvimento na venda de votos favoráveis à emenda da reeleição.

Na opinião do senador, qualquer medida tomada sem o livre exercício do direito de defesa pode ser precipitada. A questão "deve ser analisada com cautela para que não seja cometido



Nabor Júnior

nenhum tipo de injustiça", advertiu. Nabor disse esperar que o presidente da Câmara tenha sensibilidade para encaminhar a decisão sobre o assunto à Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa.

- Sou inteiramente favorável a uma punição exemplar para os culpados, mas o melhor seria instituir-se uma CPI para ouvir, inclusive, governadores e ministro de Estado, que colocaram o nome do estado do Acre de forma depreciativa perante a opinião pública -

ponderou.

Nabor lembrou que há vários meses a Câmara está para punir parlamentares de outros estados, como São Paulo e Goiás, e, embora até o momento não tenha tomado nenhuma decisão sobre eles, "já se fala em cassação sumária de deputados do Acre". Em aparte, Jáder Barbalho (PMDB-PA) se solidarizou com Nabor e afirmou que o Congresso tem a obrigação de, ao dar satisfação à opinião pública, prestar amplo esclarecimento sobre um episódio que é incompatível com a classe parlamentar.

## Ademir defende CPI sobre compra de votos

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) é de opinião que o Congresso Nacional deve constituir uma CPI para apurar as denúncias referentes à compra de votos envolvendo deputados do Acre, na votação da emenda da reeleição. Ademir Andrade disse ontem que o "fato macula a todos os parlamentares e mancha o Congresso diante da opinião pública".

- Nós aqui, no Senado, nos sentimos envergonhados de ver que está colocada em pau-

ta, para votação, na sessão de hoje, a emenda de reeleição para o presidente da República - destacou o senador, acrescentando que "diante de um mar de lama, de um escândalo de compra de votos envolvendo deputados federais, governadores e ministro de Estado, o Senado vota como se nada tivesse acontecido".

Ademir Andrade afirmou não entender por que o presi-



Ademir Andrade

dente Fernando Henrique Cardoso não quer a instalação da CPI. "Se ele não quer a instalação da CPI é porque está a temer alguma coisa", concluiu. Ele considerou "um absurdo" o presidente da República, os governadores e os prefeitos tentarem se reeleger sem precisar deixar o cargo. Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apoiou o discurso de Ademir.

## Legislativo é o mais atingido, adverte Marina

Frente às pressões do governo para evitar a criação de uma CPI destinada a investigar a compra de votos de parlamentares na emenda da reeleição, a senadora Marina Silva (PT-AC) disse ontem que "o Poder Legislativo deverá ser, entre os três Poderes, o mais atingido".



Marina Silva

- Será que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso acredita que, passado esse inferno astral, o governo e o Congresso terão credibilidade para continuar votando as reformas? Como o governo seguirá negociando votos no Congresso para aprovar as reformas? - questionou.

Marina também convi-

dou o presidente a abandonar, por um momento, seu "pragmatismo político perigoso", refletir sobre que tipo de política está sendo construído no país e considerar que, sendo contra a CPI, ele contribuirá "para ampliar as suspeitas de que o procedimento de compra de votos teria chegado muito perto de seu gabinete".



Emília Fernandes

## Votação deve ser suspensa, afirma Emília

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) defendeu ontem a suspensão da votação da emenda da reeleição até que as denúncias de compra de votos na Câmara sejam devidamente esclarecidas pela Comissão de Sindicância daquela Casa. A seu ver, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é fundamental para a manutenção da credibilidade do Legislativo.

A senadora ressaltou que a aprovação da emenda da reeleição, num clima de desconfiança geral, será "uma violência contra a sociedade brasileira. A apuração desse fato deve interessar ao governo e à oposição porque esclarecimento de denúncia nunca teve sigla partidária".

Em aparte, Josaphat Marinho (PFL-BA) afirmou que seria prudente aguardar o conhecimento e as conclusões definitivas sobre os fatos para a decisão final sobre a reeleição. Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a suspensão da votação da reeleição até o esclarecimento do episódio. Marina Silva (PT-AC) cobrou do governo instrumentos para esclarecer os fatos, como a instalação de uma CPI.

## REELEIÇÃO

# Antonio Carlos Magalhães confia na aprovação da emenda, hoje

*Presidente do Senado afirma haver ampla maioria na Casa a favor da proposta e prevê que será acolhido o texto que passou na Câmara*

O senador Antonio Carlos Magalhães garantiu ontem que a investigação sobre a venda de votos na Câmara não vai interferir na tramitação da emenda da reeleição no Senado. Para o senador, existe na Casa ampla maioria em favor da emenda, que tem votação marcada para hoje, na sessão ordinária das 14h30.

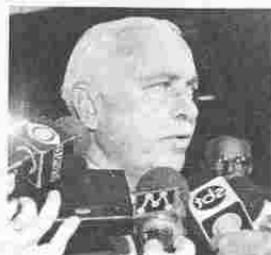
- Essa questão não repercute na votação da matéria aqui no Senado. Os que eram contra a reeleição continuam contra, mas a maioria quer aprovar a emenda - disse.

Antonio Carlos rebateu a

## Comissão precisa investigar, defende Benedita da Silva

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu a instalação de uma CPI para apurar as denúncias de compra de votos para a aprovação da reeleição na Câmara. "O Congresso Nacional está sob suspeita para decidir a matéria e o único instrumento que existe para apurar as denúncias é a CPI", frisou.

- Só uma Comissão Parlamentar de Inquérito pode devolver ao Congresso a credibilidade que vem perdendo ao longo do tempo. Todos me param na rua e perguntam: "Por que não foi instalada uma CPI?" O que está em jogo não é só o nome de dois ou três deputados, mas toda uma instituição - destacou.



Antonio Carlos Magalhães

tese segundo a qual o escândalo ocorrido na Câmara viçiou a votação da emenda:

- Não há por que dizer isso. Aqui no Senado o jogo democrático dá ampla maioria a favor da reeleição, assim como

a opinião pública também sempre se manifestou favorável - afirmou. O senador previu a aprovação do mesmo texto que passou na Câmara, sem emendas: "Se houver qualquer mudança, será posterior", observou.

ACM negou estar participando de articulações visando aprovar lei complementar prevendo a implantação gradual da reeleição, e, quanto à possibilidade de apoio do presidente da República a esta idéia, disse que, "quando as coisas estão no Legislativo, a participação do presidente é mínima".

## Para Simon, decisão de votar agora "é da maior gravidade"

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou ontem como "da maior gravidade" a decisão de se votar hoje, em primeiro turno, a emenda constitucional que institui a reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos.

- Votar a reeleição no Senado, depois do que aconteceu na Câmara, com deputados admitindo que receberam dinheiro em troca de voto pela reeleição, é da maior gravidade. Só há uma maneira de votar aqui a emenda com tranquilidade: é colocar nela o referendo - afirmou.

Na opinião de Pedro Simon, "o referendo passa no Congresso com tranquilidade", desde que o governo assim o queira.



Pedro Simon

- O problema é que existem pessoas ao redor do presidente que querem ficar credoras do novo mandato. Querem que Fernando Henrique Cardoso deva a elas a sua reeleição. Estas pessoas, com certeza, não estão dando bons conselhos ao presidente.

Pedro Simon defendeu o projeto que apresentou na semana passada determinando prioridade, para julgamento, aos processos que têm agentes públicos acusados de algum crime. Para ele, esse será o caminho para se evitar que os processos envolvendo autoridades públicas "caiam no esquecimento". "Até hoje me perguntam na rua sobre o que deu, na Justiça, o caso do ex-presidente Collor", ponderou.



Romero Jucá

## Jucá quer punir com maior rigor prostituição infantil

O crescimento da prostituição infantil precisa ser coibido o mais rapidamente possível e esse tipo de delito punido com mais rigor, afirmou ontem o senador Romero Jucá (PFL-RR), ao apresentar projeto de lei que considera como crime hediondo a prática de abuso sexual envolvendo menores ou adolescentes.

Conforme a proposta de Jucá, "os crimes de mediação para servir à lascívia de outrem, favorecimento de prostituição, casa de prostituição, rufianismo e tráfico de mulheres capitulados no Código Penal" passam a ser considerados hediondos, se forem praticados contra crianças ou adolescentes.

- Para tanto, proponho o acréscimo de item ao artigo 1º da Lei 8.072/90, que tipifica aqueles delitos e os considera insuscetíveis de anistia, graça, indulto, fiança e liberdade provisória, cujas penas devem ser cumpridas, integralmente, em regime fechado - afirmou o senador, que solicitou prioridade para a tramitação do projeto.

O senador Romero Jucá mencionou matéria publicada na edição de ontem de *O Globo* sobre exploração de menores em Manaus, e pediu sua transcrição nos anais da Casa. O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), no exercício da presidência, esclareceu que Jucá será atendido na forma regimental.

# CPI vai analisar troca de cartas sobre títulos de SC

*Senadores colocam sob suspeita datas de correspondência entre ex-dirigente do Banco Central e o vice-governador de Santa Catarina*

A CPI dos Precatórios decidiu ontem solicitar ao Banco Central o envio das cartas trocadas entre Jairo da Cruz Ferreira, ex-chefe da Dívida Pública da instituição, e o vice-governador de Santa Catarina, José Augusto Hulse, a respeito da emissão de títulos para o pagamento de precatórios do estado.

Conforme Wilson Kleinübing (PFL-SC), a carta do chefe da Dívida Pública indagando do vice-governador sobre a situação jurídica do estado para a emissão dos títulos data de 18 de outubro de 1996. Estranha-

mente, a resposta a essa carta, com a informação de que a emissão se amparava na lei, data de 16 de outubro de 1996. Portanto, a resposta foi enviada antes da pergunta.

Emília Fernandes (PTB-RS) anunciou, com base no rastreamento de ligações telefônicas, que no dia da emissão de títulos daquele estado Jairo da Cruz Ferreira se encontrava exatamente em Florianópolis, o que os integrantes da CPI consideram também estranho.

A suspeita em torno dessas cartas foi levantada durante ex-

posição feita por Kleinübing sobre as emissões de títulos em Santa Catarina. Ele explicou que, embora internado para tratamento de saúde, teve o cuidado de pedir a Roberto Requião (PMDB-PR) que apresentasse duas emendas restritivas àquela emissão. Apesar disso, o então chefe da Dívida Pública do Banco Central não teve o mesmo cuidado e liberou rapidamente a emissão. Hoje, a CPI reúne-se para ouvir os senadores que, entre 1995 e 1996, relataram projetos de emissão de títulos.

## José Fogaça dá parecer favorável a eleição este ano

O senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou ao plenário, em nome da Comissão de Constituição,



José Fogaça

Justiça e Cidadania (CCJ), relatório favorável a projeto de lei da Câmara que prevê eleições extraordinárias, em 15 de novembro deste ano, para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos municípios criados entre 31 de dezembro de 95 e 31 de agosto de 96. Caso o projeto não seja aprovado, esses novos municípios só poderão eleger seus dirigentes no ano 2000, quando haverá eleições gerais no país.

O projeto, que será discutido já na sessão de hoje, estabelece que os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos novos municípios terão mandato de apenas três anos, ao invés de quatro. Essa é a forma encontrada pelo autor do projeto, deputado Osvaldo Biolchi, para "reparar uma situação injusta e absurda" em que se encontram os novos municípios.

## Exposição mostra opções de madeira em móveis residenciais

Começa hoje, às 17h, e vai até o próximo dia 30, no Salão Negro do Congresso Nacional, a exposição *Madeira em Design*, com móveis residenciais feitos com madeiras que não são exploradas comercialmente.

O objetivo da exposição, promovida pelo Ibama, Senai e Fundação de Apoio à Pesquisa do DF, é conscientizar o público da existência de madeiras cuja exploração comercial é inadequada e que, no entanto, se prestam à confecção de móveis.

## Júnia pede socorro para o Hospital das Clínicas de BH



Júnia Marise

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) afirmou ontem ao plenário que o Hospital das Clínicas de Belo Horizonte,

da Universidade Federal de Minas Gerais, já fechou a sua enfermaria e o seu setor de internação por não ter recebido até agora uma dívida de R\$ 3 milhões do Ministério da Saúde.

É uma situação dramática por causa da falta de dinheiro. É um hospital universitário e até agora o Ministério da Educação não informou se permitirá a contratação de funcionários para substituir os aposentados. Divulgou-se na semana passada que o governo pagaria a dívida, mas isso não aconteceu - denunciou.

Júnia disse que "a saúde no Brasil continua na UTT", apesar de o Congresso ter aprovado, no ano passado, o chamado imposto do cheque. Ela informou a realização, ontem, de grande mobilização em Belo Horizonte em favor do hospital.

## Freitas Neto registra o centenário de Floriano

O senador Freitas Neto (PFL-PI) destacou ontem a comemoração, no próximo dia 8 de julho, do centenário do município de Floriano (PI), um dos principais centros urbanos do estado.

Segundo o senador, a história de Floriano confunde-se com a do povoamento do Piauí e o município teve seu desenvolvimento facilitado pela mu-



Freitas Neto

dança da capital, em 1852, de Oeiras para Teresina. Com o nome de Floriano Peixoto, o município adquiriu foros de cidade em 1897, em homenagem ao consolidador da República.

Freitas Neto disse que Floriano, com importante colônia síria, tem hoje aproximadamente 60 mil habitantes e taxa de urbanização em torno de 90%.

## Patrocínio comemora o 8º aniversário de Palmas

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) registrou ontem o aniversário de Palmas, que, conforme disse, "hoje está em festa pela comemoração do 8º ano de sua pedra fundamental".

O senador disse que, a exemplo de Brasília, a capital do Tocantins nasceu sob a égide do pioneirismo e já tem uma popula-



Patrocínio

ção de aproximadamente 100 mil habitantes.

- Palmas é, talvez, a cidade mais cosmopolita do país; é a capital ecológica do terceiro milênio, feita dentro dos requintes da mais alta tecnologia. Quero congratular o prefeito Odyr Rocha e o governador Siqueira Campos - afirmou.

# Privatização piorou ferrovias, diz Josaphat

Ao cobrar providências do ministro dos Transportes, senador afirma que se frustraram as expectativas da população da Bahia quanto à recuperação de locomotivas, vagões e estações

## Alcântara elogia rede de energia para Nordeste

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou o governo pelos editais para a linha elétrica que vai ligar Norte e Nordeste. Para ele, programas como *Brasil em Ação*, do qual consta a rede, garantirão energia elétrica para o país.



Alcântara

A obra, orçada em R\$ 410 milhões, contará com 740 quilômetros de linhas de transmissão e ampliará o fornecimento a partir das subestações de Teresina II (PI), Sobral II (CE), Fortaleza II (CE) e Presidente Dutra (MA).

Alcântara falou da importância do projeto para o Ceará: "A cada dia cresce o consumo de energia elétrica no estado, com a industrialização e a expansão da rede de energia rural".

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) leu ontem em plenário matéria do jornal *A Tarde*, de Salvador, sobre a precariedade da malha ferroviária daquele estado desde a privatização da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Ele pediu que o Senado dê conhecimento ao ministro dos Transportes do teor do seu pronunciamento. "na expectativa de que alguma providência seja tomada para que não se desmoralize a privatização brasileira".

Josaphat Marinho disse que não pretendia abrir uma discussão sobre a eficácia do programa brasileiro de privatização, mas lembrou que, no próximo dia 14 de junho, fará um ano que a Leste Brasileiro - trecho da rede que passa pela Bahia, Sergipe e Minas Gerais - foi privatizada, pas-

sando a chamar-se Ferrovia Centro Atlântica. Conforme o senador, frustraram-se as expectativas da população sobre a recuperação de locomotivas, vagões e estações de passageiros.

Ao ler a matéria, intitulada "Privatizada há um ano, Leste vira sucata", o senador destacou trecho segundo o qual o quadro de abandono

da ferrovia baiana piorou, "com a redução de mais de 60% do seu quadro de pessoal, desativação de várias estações e abandono de duas das maiores oficinas ferroviárias do Brasil - a de Alagoinhas e a de Aramari, transformadas em grandes cemitérios de trens, largados nos matagais e até mesmo nas ruas". Na opinião do senador, isso tudo serve de alerta para a política de privatização brasileira.



Josaphat Marinho

## Ramez Tebet destaca visita de Brito a MS

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) destacou ontem a visita do ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, e do presidente da Eletrobrás, Firmi-



Tebet

no Ferreira Sampaio, no último final de semana, a Mato Grosso do Sul. Na ocasião, conforme o senador, foi decidida a realização de várias obras que beneficiarão o setor energético daquele estado.

Entre as medidas, o senador ressaltou a importância da retomada das obras da Usina Hidrelétrica de Costa Rica, localizada no rio Sucuriú, no município de Costa Rica. Segundo informou, a hidrelétrica está projetada para uma potência instalada de 16 megawatts, com três unidades geradoras.



## ACM recebe embaixador do Japão

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem (foto) o embaixador do Japão no Brasil, Chihiro Tsukada. O diplomata transmitiu ao senador a satisfação de seu país com a homenagem que o Congresso Nacional prestará

ao imperador Akihito no dia 3 de junho, em sessão solene. Nessa data, o imperador, acompanhado pela imperatriz Michiko, visitará Brasília como parte das comemorações do centenário da imigração japonesa para o Brasil.



## Artes cênicas podem ter incentivos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comprometeu-se a trabalhar em favor da aprovação pelo Congresso, no prazo mais rápido possível, de projeto de lei de incentivo às artes cênicas, ao receber ontem (foto) o ministro da Cul-

tura, Francisco Weffort, acompanhado por personalidades ligadas ao teatro. Antonio Carlos elogiou a atuação do ministro Weffort, mas disse que, a despeito do bom trabalho que ele vem realizando, ainda resta muito que fazer.

## Benedita condena brincadeira com criança em rodeio



Benedita

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou ontem que encaminhou ao Ministério da Justiça e à Secretaria

Nacional de Direitos Humanos denúncia contra o prefeito de Pirajufi (SP), por ter organizado uma brincadeira, em um rodeio, onde um menino de oito anos foi solto, nu, na arena.

Segundo ela, o prefeito José Carlos Ortega considerou "normal" colocar uma criança dentro de um saco e soltá-la durante o evento. Conforme Benedita, as pessoas pensavam que se tratava de um animal. "Mas, quando o saco foi aberto, saiu uma criança negra, nua e assustada, correndo em várias direções".

Para a senadora, a atitude do prefeito feriu todos os dispositivos constitucionais referentes à defesa dos direitos do cidadão, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a nova lei de racismo, recentemente aprovada e sancionada pelo presidente Fernando Henrique.

Pouco tempo depois, na tribuna, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse não acreditar que o objetivo da brincadeira era humilhar, mas que o fato ocorreu porque, a seu ver, o Brasil é o "país da impunidade".

# Suassuna pede mais ação dos parlamentares contra violência

*O senador narrou mais um assalto a que foi submetido, no Rio, e opinou que as matérias têm tramitação muito lenta no Congresso*

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu ontem a ação de todos os parlamentares para a tramitação rápida dos projetos de combate à violência, enfatizando que as matérias tramitam muito lentamente no Congresso. Ele reclamou mais ação do Legislativo no sentido de criar condições para a mudança do atual quadro de criminalidade no país.

Suassuna destacou algumas propostas apresentadas ao Con-



Ney Suassuna

gresso, como a transferência de presos para outros estados; a criação de mais presídios agrícolas; a municipalização da polícia; a redução da imputabilidade para 16 anos, entre outras. Na sua opinião, o programa de combate ao crime adotado em Nova York (EUA) prova que não é impossível diminuir a criminalidade no Brasil.

Ney Suassuna informou que foi vítima de um assalto no úl-

timo domingo, no Rio de Janeiro, e que, "no mesmo dia, no mesmo horário e na mesma delegacia, outras três ocorrências foram registradas". O senador relatou que a nova modalidade de roubo naquela cidade é o sequestro de veículos de luxo, com pedido de resgate às seguradoras.

Em aparte, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) solidarizou-se com Suassuna e disse que essa questão deve ser debatida com rapidez pelo Senado.

## Suplicy sugere diálogo como solução

Ao condenar o emprego da violência, seja por policiais ou manifestantes, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou a adoção de "uma forma de diálogo que evite uma verdadeira guerra civil no país". E registrou que, ontem de manhã, na cidade de São Paulo, 150 policiais e 400 famílias de sem-teto entraram em confronto, durante desocupação de conjunto da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU), invadido há 18 dias.

Pelas notícias divulgadas,

o confronto resultou em três mortes, além de 20 policiais militares feridos, disse.

Quanto à violência praticada por manifestantes, Suplicy condenou os episódios ocorridos em Belo Horizonte, e informou que pessoas encapuzadas que atiraram pedras, em manifestação contra o governo, nada têm a ver com o PT. "O episódio foi absolutamente condenável", frisou.

Essas e outras ocorrências no país, segundo o senador, são um alerta às autoridades fede-



Eduardo Suplicy

rais, estaduais e municipais, para que examinem com atenção os instrumentos de política econômica, de modo a que eles possam resolver os graves problemas sociais brasileiros. Suplicy destacou que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) apreciará hoje projeto autorizando a União a financiar 50% dos programas de renda mínima voltados para a educação, para o qual solicitou apoio dos senadores.

**A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO, CARLOS PATROCÍNIO E RAMEZ TEBET**

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo  
**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima  
**2º Secretário:** Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo  
**4º Secretário:** Lucídio Portella  
**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Mariuço Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agacieli da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

*O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília*

### Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)  
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Divulgação e Integração:** Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado:** Flávio de Mattos  
**Diretor da Agência Senado:** Domingos Mourão Neto  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
**Diagramação:** Sérgio Luiz e Wesley Carvalho  
**Fotos:** Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essay  
**Revisão:** Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro  
**Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**